

Reflexão pessoal – Relações Precoces entre mãe e filho

A relação mãe-bebê tem um papel fundamental na socialização. Esta relação, permite à criança adaptar-se ao meio envolvente e aos outros. A interação mãe-bebê, leva a que a criança aprenda a atribuir significados ao comportamento dos outros.

A interação mãe-bebê leva a que a criança aprenda a atribuir significados ao comportamento dos outros. As crianças nascem com reflexos que contribuem para a sua sobrevivência e adaptação à vida. O choro também faz parte do equipamento natural do bebê. É o esquema que serve para dizer à mãe, ou à pessoa que cuida da criança, que tem fome ou dores. É assim um meio eficaz de comunicar, bem como o sorriso e expressões faciais. Assim, a qualidade desta relação precoce terá grande influência no desenvolvimento futuro da criança: na sua personalidade e no modo de se relacionar com os outros e de encarar o mundo.

Durante séculos acreditou-se que os cuidados maternos eram tarefas cujo objetivo consistia simplesmente em providenciar o crescimento físico e a maturação fisiológica do bebê, de modo a poder ser, posteriormente treinado, ensinado, socializado, numa palavra, comportar-se como um adulto.

O Homem é lançado na Terra, sem forças físicas nem ideias inatas, tanto na selva como na mais civilizada das sociedades, será apenas aquilo que dele fizerem. O comportamento humano é uma conquista feita em consequência do processo da sua integração no meio cultural, que varia em função da sociedade a que pertence. O que nos torna reconhecidamente humanos depende de muito mais do que a nossa herança genética e biológica: é fundamental ter em conta as dimensões social e cultural para que possamos compreender os seres humanos e a forma como se comportam. Tornamo-nos humanos através da aprendizagem de formas partilhadas e reconhecíveis de ser e de nos comportarmos.

O Homem deve à cultura a capacidade de ultrapassar os seus instintos, tendo, desta forma, o poder de optar, escolher qual o caminho que considera melhor, segundo os valores em que se apoia, depois de analisar, racionalmente, a realidade. É portanto necessário “admitir que os homens não são homens fora do ambiente social” (Lucien Malson) e que necessitam, mais do que os outros animais, da vivência junto da espécie.

Tal como se passa na evolução da espécie, a evolução de cada indivíduo deve-se a uma série de fatores que progressivamente se alteram, sejam eles de carácter genético ou de ambiente educativo. As unidades básicas de transmissão hereditária são os genes, sendo o genótipo a apresentação do nosso património hereditário. Já o fenótipo constitui as características observáveis do ser, é produto dos genes que se expressam em determinado ambiente, que modificam o fenótipo, de modo a que o indivíduo molde o seu próprio ambiente.

A função dos genes depende da sua interação com o meio, logo, aquilo que somos e em que nos tornamos, é fruto principalmente da aprendizagem e da cultura. Assim, como afirmava Tom Kiewicz, ao constatar que o aumento da estatura da população era explicado pela melhoria das condições de vida (meio), embora haja ainda quem pense que o desenvolvimento humano está predeterminado na nossa natureza biológica hereditária, pelas nossas heranças de características comuns.

Contudo, tal como Buhler constatou, é impossível separar genética e ambiente. A combinação resultante das disposições hereditárias é imprevisível, assim como a

modificação resultante das influências do meio, pois toda a criança é moldada pela sua cultura, natureza biológica e pelo seu meio ambiente, de maneira a interagir com os outros e se desenvolver. Assim, pode concluir-se que as pessoas (cultura) constituem a fonte de informação mais importante para a mente humana se adaptar ao meio, mas a hereditariedade e o meio são igualmente importantes, visto que têm de atuar mutuamente na vida de cada ser.

De acordo com Harlow esta relação entre mãe e filho passa por quatro fases sucessivas:

- Estádio dos reflexos - dura cerca de 10 a 20 dias após o nascimento da criança. A sobrevivência do bebé depende de alguns reflexos, incluindo o abraçar e o sugar, que o habilitam a obter alimento e proteção.
- Estádio de conforto e apego - começa na última metade do primeiro mês de vida. O bebé estabelece uma ligação afetiva com a mãe. Esta relação social consiste no acarinhar, na obtenção de contacto-conforto, no seguir a mãe e em imitar o seu comportamento.
- Estádio de segurança - é atingido mediante a combinação da maturação e da aprendizagem. No começo deste estágio, o bebé encher-se-á de medo quando colocado em frente de um objeto estranho e, normalmente, voltará para junto do objeto para o examinar. Isto supõe a ação dum sistema motivacional exploratório. Para explorar um ambiente estranho, só precisa de ter a mãe perto de si. O papel que a mãe desempenha no desenvolvimento da personalidade e na exploração do meio por parte da criança é de grande importância.
- Estádio de separação - sucede imediatamente o estágio anterior. O processo de separação é gradual, encorajado pela crescente força do comportamento exploratório que permite ao bebé conhecer o seu ambiente, formar relações sociais e tornar-se um adulto independente.

Quando existe hiperprotecção materna, a mãe impede o filho de desenvolver o sentido de independência. Esta podia ter o mesmo efeito que não ter mãe visto que ambas as circunstâncias impediriam a criança de explorar novas situações e de desenvolver a capacidade de fazer as coisas por si, sem tímida hesitação ou retração. Viu-se que, ao separarem-se das mães crianças entre os 2 a 4 anos, para serem colocadas em hospitais ou orfanato, manifestaram tipos de reação protesto-desespero. Algumas, restabeleciam-se imediatamente da depressão quando colocadas de novo ao pé da mãe. Outras, manifestaram desapego, indiferença e/ou hostilidade clara perante a mãe. Isto deve-se à capacidade cognitiva da criança permitir-lhe analisar a situação e, provavelmente, atribuir-lhe culpa.

Consciência de si

A aprendizagem sobre si é uma tarefa gradual. O bebê deve aprender que existe como indivíduo distinto dos outros que o rodeiam. Epstein comparou a aprendizagem de si com a aprendizagem de conceitos: a partir de uma variedade de experiências, pode adquirir-se uma resposta comum. É necessário um determinado nível intelectual para ter consciência de si. As crianças até aos 10 meses e alguns indivíduos com atraso mental comportam-se em frente ao espelho como se a imagem fosse de outrem. Afirmou, também, que o conceito de si é uma espécie de teoria sobre si mesmo ou seja, representa uma conceção de si. A teoria do sujeito pode variar em termos de validade (exatidão à deformação) e generalidade (flutuando ou permanecendo estável em relação às situações).

Autoestima

Quando a criança aprende as reações ao comportamento alheio também aprende a responder a aspetos diferentes do seu comportamento. Estas respostas tendem a diferenciarse. Uma vertente importante da reação a si é a autoestima pois corresponde ao valor e competência que cada um de nós atribui a si próprio.

Os rapazes com autoestima elevada tendem a ser mais ativos, bem-sucedidos, espontâneos, autoconfiantes e otimistas manifestando pouca ansiedade e pouca tendência para a destruição. A baixa autoestima caracteriza-se por sentimentos de depressão, desanimo, isolamento, antipatia e medo de irritar os outros.

Coppersmith afirmou que quanto maior é a autoestima, menos problemas as mães sentem com os filhos e menor a tendência destes à destruição. Um dos fatores que influenciam a autoestima é a disciplina dos pais. Uma disciplina forte e uniforme, baseada mais em recompensas que em punições, tende a produzir maior autoestima. A falta de disciplina é, por vezes, interpretada como falta de interesse por parte dos pais. As crianças com baixa autoestima adotam, frequentemente, a atitude de pouco respeito que os pais revelavam pelo seu valor. Em contra partida, os pais com confiança em si instalavam nos filhos a ideia de que podiam ter êxito. A criança a quem se diz a todo o momento que é má ou que não vale nada começa a aceitar esse retrato de si como verdadeiro e a comportar-se de acordo com esse tipo de expectativa. A autoestima é fulcral pois não se limita à avaliação própria, também determina como o indivíduo se comportará no futuro.

No entanto existe uma síndrome que foi identificada e teorizada através da investigação de René Spitz, que dá pelo nome de hospitalismo.

O hospitalismo é o conjunto de perturbações que o bebê pode sofrer devido a carências maternas. Na ausência da mãe, as reações da separação, podem provocar uma depressão, devido à falta da figura materna.

René Spitz, psiquiatra infantil com formação psicanalítica, desenvolveu um conjunto de pesquisas em crianças que, durante os primeiros doze meses de vida, permaneceram um período prolongado numa instituição hospitalar ou num orfanato, privadas da presença da mãe. Estudou as consequências e concluiu que os bebês apresentavam perturbações somáticas e psíquicas como resultado da ausência completa da mãe numa instituição em

que os cuidados são administrados de forma anônima, sem que se estabeleçam laços afetivos. Do ponto de vista do cuidado físico, estavam asseguradas as condições fundamentais de higiene e de alimentação; do ponto de vista afetivo, constatou uma carência afetiva total, porque cada adulto tinha à sua guarda várias crianças.

Spitz designou por Hospitalismo o conjunto de perturbações vividas por crianças institucionalizadas e privadas de cuidados maternos: atraso no desenvolvimento corporal, dificuldades na habilidade manual e na adaptação ao meio ambiente, atraso na linguagem. Constatou que é menor a resistência às doenças e que, nos casos mais graves, pode ocorrer a apatia. Os efeitos do Hospitalismo, presentes nas crianças que foram abandonadas em orfanatos ou asilos, são duradouros e muitas vezes irreversíveis.

Com as investigações Spitz confirmou a necessidade de laços e de contatos afetivos entre o bebê e o adulto, especialmente entre a mãe e o filho; a sua ausência pode conduzir a perturbações emocionais, comportamentais e de desenvolvimento graves.

Recentemente, as suas conclusões foram confirmadas por estudos desenvolvidos nas crianças encontradas nos orfanatos romenos, sobrelotados, depois da queda de Ceausescu, na Roménia, em 1989. A maior parte das crianças com 2 e 3 anos não conseguia andar ou falar, manifestando um comportamento passivo sem manifestação de emoções.

A ausência de uma relação privilegiada com a mãe ou com um agente maternante, ou seja, um adulto que a substitua, tinha como consequência a recusa em se alimentar, a perturbação do sono, a manifestação de comportamentos ansiosos. O desenvolvimento normal da criança ficava comprometido. O sentimento de abandono e ver-se sem uma figura securizante comprometia o equilíbrio das crianças. Seria graças à relação privilegiada com um adulto que o bebê desenvolveria estratégias de adaptação ao meio. Estas conclusões levaram a Organização Mundial de Saúde, em 1950, a incluir nas suas orientações um documento – Cuidados maternos e saúde mental -, onde se afirma: “... fica claramente demonstrado que os cuidados maternos no decurso da primeira infância desempenham um papel essencial no desenvolvimento harmonioso da saúde mental”.

No início do século XX, a grande preocupação dos responsáveis por instituições de acolhimento para crianças era a de assegurar condições de higiene que reduzissem as elevadas taxas de mortalidade e de doenças infecto-contagiosas que se verificavam nesses lugares. Esta preocupação remetia para segundo plano a questão das necessidades sócio afetivas das crianças dessas instituições. René Spitz foi uma das primeiras vozes a chamar a atenção para este erro. Defendeu que a ausência de carinho, de laços verdadeiramente humanos e de cuidados de tipo maternal eram os principais fatores responsáveis pela mortalidade das crianças de tais instituições. Para Spitz, a privação afetiva precoce provocava dor psíquica (depressão) e acontecia, por exemplo, na sequência de longa hospitalização da mãe ou da criança.

Quando a rutura da relação afetiva era parcial e passageira, acontecia a depressão anaclítica, uma ausência de estimulação afetiva que era reversível, ou seja, que cessava no momento do reencontro entre a figura materna e a criança. Quando o rompimento do vínculo afetivo era duradouro e total, sucedia uma privação emocional a que Spitz deu o nome de hospitalismo. Traduzindo-se numa separação prolongada ou total, o hospitalismo pode ter efeitos

irreversíveis, provocando, sobretudo se acontecer nos primeiros 18 meses de vida, atrasos no desenvolvimento a todos os níveis.

Podemos assim concluir que as primeiras experiências da criança são centrais para a socialização, na medida em que é na relação com a mãe que se inicia a interiorização de regras e padrões, úteis no futuro estabelecimento de comportamentos ajustados ao grupo. Do clima emocional das primeiras vivências depende o maior ou menor equilíbrio psicológico da criança no que respeita ao relacionamento social. Se as experiências vividas na vinculação inicial são agradáveis, a criança ganhará otimismo e confiança bastantes para ousar estabelecer relações com outras pessoas. Se, ao invés, forem desagradáveis, a criança pode tender para a desconfiança, hesitando relativamente a novos contactos sociais. A personalidade futura poderá ser afetada a partir das situações de estímulo anteriormente referidas: há pessoas cuja atitude perante os outros é de expansão, de procura de relacionamentos e de abertura aos outros, assumindo uma forte motivação e autoestima pessoais, ao passo que outras pessoas tendem para o isolamento social, para uma distância social e emocional perante os outros, mostrando pouca motivação para a vida e uma baixa autoestima.

Através do link <http://www.youtube.com/watch?v=IH2X66cnc-U> podemos ter acesso à forma como os bebés são tratados nos orfanatos, desprovidos muitas vezes de qualquer atenção e deixados ao abandono nos berços. Este vídeo demonstra a forma como os bebés se comportam de acordo com as condições a que estão sujeitos.

